

AS CIDADES NA REGIÃO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E AS NOVAS TERRITORIALIDADES

CITIES IN THE REGION OF EXPANSION AND NEW AGRIBUSINESS TERRITORIALITIES

Profa. Dra. Zuleika Alves de Arruda

Curso de Geografia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

RESUMO

O artigo apresenta análises e reflexões sobre as novas territorialidades nas “agrocidades” Mato – grossenses que se desenvolvem em consequência da nova ordem capitalista no período técnico, científico e informacional. Desenvolvemos a análise, primeiramente, das novas territorialidades e, em seguida, sobre as lógicas do mercado de *commodities agrícolas*. Concluímos que a relação campo-cidade imposta pela modernização agrícola torna-se mais complexa e se insere em um âmbito global, onde o urbano e rural se integram e se completam dialeticamente de acordo com o (re) ordenamento da economia capitalista global.

Palavras-chave: Territorialidade; Agrocidades Mato-grossenses; *Comodities* Agrícolas; Campo-Cidade

ABSTRACT

The article presents analysis and reflections on the new territoriality “agrocidades” Mato - grossenses that develop as a result of the new capitalist order during technical, scientific and informational. We develop the analysis, first, the new territoriality and then on the logic of the market for agricultural commodities. We conclude that the rural-urban relationship imposed by agricultural modernization becomes more complex and is part of a global scope, where the urban and rural integrate and complement dialectically according to (re) ordering of the global capitalist economy.

Keywords: Territoriality; Agrocidades Mato-grossenses; Commodity Agricultural; Rural-Urban

RESUMEN

El artículo presenta el análisis y la reflexión sobre la nueva territorialidad “agrocidades” Mato - grossenses que se desarrollan como consecuencia del nuevo orden capitalista durante técnicos, científicos e informativos. Desarrollamos el análisis, en primer lugar, la nueva territorialidad y luego en la lógica del mercado para los productos agrícolas. Llegamos a la conclusión de que la relación rural-urbana impuesta por la modernización agrícola se vuelve más compleja y es parte de un contexto global, donde lo urbano y lo rural integrar y complementar dialécticamente acuerdo a (re) ordenamiento de la economía capitalista global.

Palabras clave: Territorialidad; Agrocidades Mato-grossenses; productos básicos agrícolas; campo a la ciudad

INTRODUÇÃO

O agronegócio, que designa, nesse trabalho, as transformações na produção agrícola com a crescente inter-relação entre a agricultura, indústria e serviços, está inserido na lógica de ordenação espaço-temporal do capitalismo contemporâneo, em sua busca para (re) produzir e sobreviver diante das crises de sobreacumulação. Harvey (2004) pondera que, a sobreacumulação num dado sistema territorial, que representa a ordenação espaço-temporal, é uma condição de excedentes de trabalho e, de por meio da abertura de novos mercados, de novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e trabalho, em outros lugares.

Consideramos pertinentes as reflexões de Rodrigues (1998) ao ponderar que: no período atual do processo de acumulação flexível do capital, a produção no e do espaço alteram também as formas de 'comércio internacional', com novas imbricações tecnológicas. Novas formas que compreendem desde a produção e sua circulação, como também, a produção, circulação e veiculação de ideias e não mais apenas a produção industrial versus a produção primária.

O agronegócio constitui, no século XXI, uma das formas do capital manifestar o seu poder de (re) produção através da conquista do espaço geográfico. Em um processo dialético e contraditório, o agronegócio acaba (re) produzindo novas relações sociais de produção ao criar novos setores produtivos, incorporando novos espaços e/ou reunificando espaços que, em outro momento histórico os havia separado.

Como consequência da ordem capitalista prevalecente surgem novos (re) arranjos produtivos e espaciais, tanto no campo, quanto nas cidades onde predominam as atividades ligadas ao agronegócio. Os negócios que passam a ser realizados estão relacionados às transações econômicas de *commodities agrícolas* provenientes da agropecuária tecnificada que, em uma lógica produtiva pautada nas novas tecnologias do sistema de engenharia – na microeletrônica, na informática, na telemática – e pelo desenvolvimento das pesquisas (na biotecnologia, agricultura de precisão) tem viabilizado uma nova ordem no processo produtivo, maior fluidez dos produtos, possibilitando um estreitamento entre a produção agrária e o restante dos setores e espaços produtivos, como analisa Elias (1996, p. 21):

Com a introdução de ciência, tecnologia e informação na produção agropecuária, processou-se uma contínua renovação das suas forças produtivas, que passam a responder com velocidade às necessidades colocadas pelos agentes econômicos hegemônicos do setor, refletindo no aumento da produção e produtividade, assim como na sua inter-relação crescente com as demais atividades econômicas.

Em todos os setores constituintes das atividades produtivas agropecuárias, passa a ocorrer cada vez mais racionalização dos processos produtivos, que é permeado pela organização social e técnica do trabalho de modo a acelerar a produtividade e ampliar as condições de produção de excedentes, e auferir lucros. Produção esta, que envolve diferentes capitais e processos de trabalho, em lugares distintos, porém, concomitantemente articulados ao mercado por meio da geração de valor.

À medida que o setor agropecuário torna-se, cada vez mais, integrado a montante do processo produtivo aos grupos de indústrias abastecedoras de insumos e bens de capital e, a jusante pelas indústrias processadoras de *commodities agrícolas* in natura, amplia-se a reprodução do capital no setor. As inúmeras transações econômicas realizadas nesse elo inicial da cadeia produtiva, entre a agropecuária e os setores de insumos, propiciam que a produção agrária extrapole a fronteira geográfica da propriedade rural, por meio de fluxos de mercadorias, capitais e informações, facultando maior interação socioeconômica entre o campo e a cidade.

Como consequência do crescimento material refletido na intensificação das trocas comerciais, não se altera apenas a lógica do campo, mas também, a da cidade, Lefebvre (1991, p.53) já havia chamado a atenção para o fato de que “a cidade se transforma não apenas em razão dos ‘processos globais’ relativamente contínuos, como também em função de modificações profundas do modo de produção, nas relações campo-cidade, nas relações de classe e de propriedade privada”.

Com a mundialização do capital, manifestada nas atividades ligadas ao agronegócio, eleva-se o volume e a intensidade de transações entre as cidades que passam a constituir locais estratégicos da economia global. Essas cidades são submetidas às decisões exógenas cumprindo papel de suporte para essas atividades tornando mais indissociáveis as relações entre o local-global, acentuado a divisão territorial do trabalho.

Surgidas no contexto da globalização e, em razão da especialização produtiva, que lhes são conferidas essas cidades passam a manter relações com centros longínquos, quer seja por meio das transações que são estabelecidas pelas corporações agroindustriais presente no seu espaço quer seja, por meio de uma economia urbana, pautada na exportação de *commodities agrícola*.

As cidades possuem como papel principal o abastecimento imediato e próximo da informação requerida para a realização das transações econômicas de *commodities agrícolas* no mercado mundial, por meio da bolsa de valores, dos preços e da produção de interesses para a exportação, etc. O tempo que impera é o comandado pelo mercado longínquo, pelos preços internacionais e nacionais

(de *commodities*) e pelo valor externo da moeda (câmbio – dólar), o mesmo que comanda o processo produtivo do campo. É na cidade que a produção da agropecuária moderna encontra respostas às exigências dos mercados mundiais por meio do desenvolvimento da ciência, da técnica e da informação.

Nesse novo panorama de espacialização e especialização decorrentes da agroindustrialização, o agronegócio passa a desempenhar papel relevante no crescimento da economia urbana e na redefinição de novas lógicas territoriais decorrentes da comercialização de bens (materiais e imateriais) e serviços. Nesse aspecto, como afirma Sassen (2002), as cidades são estratégicas para a globalização porque são pontos de comando, mercados globais e locais de produção para a economia da informação.

Pautada em uma atividade agrária agroexportadora moderna e, com produtos altamente valorizados no mercado mundial, as regiões agrícolas passam a dispor de um sistema de centros urbanos bem equipados com o predomínio de atividades diversificadas e modernas para atender à lógica produtiva prevalecente. Essas atividades abrangem desde as instituições financeiras (bancos, tradings, corretoras de seguros) até os serviços especializados, atacadistas, agroindústrias e comércios de exportação; fazendo com que prevaleça nessas cidades o circuito do agronegócio na economia urbana e nas atividades rurais.

O que não significa que o circuito inferior apontado por (SANTOS, M., 2003) não exista na economia urbana dessas cidades. Pelo contrário, como consequência do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, as atividades que compõem esse circuito estão, cada vez mais, presentes na economia urbana e no campo, em um jogo complexo e dialético que abrange relações assimétricas e de complementaridade entre os circuitos formadores do agronegócio, com atividades modernas nesses espaços.

Nas regiões em que a atividade agrícola atende a lógica produtiva do agronegócio, a cidade como lócus tradicionalmente privilegiado das atividades do setor secundário e terciário se adapta com novas atividades ligadas ao mundo agrário, da mesma forma que as atividades urbanas relacionadas ao agronegócio extrapolam os limites da cidade. (RODRIGUES, 2007)

Em decorrência da intensa capitalização da produtividade agrícola, a cidade representa o suporte para o funcionamento do nível atual dessa economia monetária predominante no campo, à medida que, oferece serviços que garantem a multiplicação financeira e tecnológica. Atendendo à lógica racionalista do atual modelo agrícola, as atividades consideradas tipicamente urbanas ultrapassam o limite territorial e administrativo da cidade, quer seja por meio da relação fornecedor-usuário (RIFKIN, 2001) e/ou expansão do consumo, quer seja por meio da instalação das agroindústrias, dos laboratórios experimentais de

pesquisa no campo, serviços financeiros, dentre outros serviços.

A cidade capitalista como uma forma desenvolvida de cooperação entre as unidades de produção (TOPALOV, 1978) atende aos imperativos da racionalidade prevalecente do campo modernizado, concentrando as forças produtivas, ou seja, as condições de produção e de circulação de capital e, as condições gerais de (re) produção da força de trabalho. Amplia-se nas cidades a divisão do trabalho, a oferta de capital tecnológico, de capital financeiro, de novos serviços e de novos consumos, que encontram na cidade as estruturas geografizadas (bancos, empresas, etc.) necessárias à circulação e (re) produção ampliada do capital.

AS NOVAS TERRITORIALIDADES NAS “AGROCIDADES” MATO - GROSSENSES

A produção do espaço norte mato-grossense, desde a fase inicial na década de 1970 com a expansão da fronteira agrícola, é marcada por um intenso fluxo de pessoas, constituído principalmente por migrantes sulistas atraídos pela oportunidade de terras baratas, assim como trabalhadores diversos que buscavam melhores oportunidades de emprego. Nessa fase atual ainda de penetração do capital monopolista, Becker (1987) aponta que a mobilidade de mão de obra foi necessária para valorizar a terra através do desmatamento e da formação de pastagens mediante o cultivo de arroz, e, portanto, necessitando de grande quantidade de mão de obra sem qualificação e não assalariada. No momento atual, a fronteira do agronegócio, sob a égide da globalização produtiva, apresenta nova configuração espacial com maior densidade técnica, científica e informacional, com a corporatização do território pelas corporações agroindustriais em rede, bem como, por uma nova integração regional sob a égide do capital financeiro.

Com a penetração do capital em novas esferas econômicas por meio das atividades que possibilitam a consecução do agronegócio - a expansão dos pontos de troca do sistema de produção e da diversificação da divisão do trabalho tem provocado modificações na demanda de trabalho em termos quantitativos e qualitativos e, conseqüentemente, implicando transformações socioespaciais nessas localidades. Em termos quantitativos evidenciou-se nos últimos anos, principalmente no período compreendido entre 2000-2010, um aumento considerável da demanda de trabalho nas localidades que possuem como base uma agropecuária empresarial e, cuja, economia está pautada na produção de *commodities agrícolas*, repercutindo na dinâmica da organização técnica e social do trabalho como afirma Octavio Ianni:

Em praticamente todos os setores agropecuários está ocorrendo a racionalização dos processos produtivos, de organização social e técnica do trabalho, de modo a acelerar a produtividade e ampliar as condições de produção excedente, lucro ou mais valia. Os processos de concentração e centralização do capital, em escala mundial revolucionaram as condições de vida e trabalho no campo. (IANNI, 1996, p. 47)

Ao analisar os dados da RAIS do Estado de Mato Grosso constatou-se que o aumento da demanda de trabalho nos últimos anos, em termos quantitativos, estava ancorado ao um contexto internacional favorável ou não, ou seja, a existência de uma maior demanda estava relacionada diretamente aos preços, à demanda de *commodities* e à taxa de câmbio que, nesse período, era ainda favorável às exportações. Em termos qualitativos, nessas áreas a agricultura globalizada, onde a base do processo produtivo requer a incorporação de novas tecnologias de produção, com base na informática, eletrônica, provoca um rearranjo da força de trabalho requerendo melhor qualificação profissional dos trabalhadores.

Simultaneamente, à crescente demanda da força de trabalho qualificada para atuar sob diversas condições técnicas e organizacionais do processo produtivo, ocorre um declínio e/ou exclusão da demanda de força-de-trabalho não qualificada ou semi-qualificada.

A agropecuária-tecnificada-cientificada por necessitar de mão-de-obra qualificada e/ou por estar diretamente ligada às grandes corporações agroindustriais tem absorvido uma parcela significativa de trabalhadores formais, ou seja, com carteira assinada, principalmente nas empresas localizadas em municípios que possuem especialização produtiva de grande relevância no mercado externo. A respeito desse tema, Elias pondera que:

Uma vez que a agricultura científica é intensiva em mão de obra especializada acirra a divisão social do trabalho no setor, incrementando o trabalho agropecuário formal. Estratificado, ele tem numa ponta o proletariado agrícola e na outra uma gama de trabalhadores especializados. Estes são profissionais de origem e vivência urbana, que passam a ser assalariados permanentes (engenheiro geneticista, veterinário, administrador agrícola, etc.) dos setores associados ao agronegócio com elevada composição orgânica do capital. (ELIAS, 2005, p. 8)

Se, por um lado, as exigências impostas pelo novo padrão técnico-produtivo têm contribuído para aumentar o número de trabalhadores formais em algumas atividades no setor agropecuário, por outro, a densidade técnica nesses espaços, paulatinamente, provoca a saída progressiva de vários tipos

de trabalhadores, entre os quais destacamos os “raizeiros”, os que realizam o plantio, a colheita, entre outras funções.

Em um processo dialético e contraditório, o trabalho informal é suplantado porque algumas funções tipicamente rurais são substituídas pelas máquinas gerando o desemprego estrutural, paralelamente ao surgimento de trabalhadores qualificados e formalmente ligados à produção realizando atividades que, originalmente, não são consideradas rurais. A realidade apresentada confirma a lógica contraditória do capital com a redução da força de trabalho (capital vivo) empregado diretamente na produção agrícola, paralelamente à ampliação da demanda por trabalhadores qualificados (trabalho informacional) capazes de atender à lógica do capital tecnológico. O que significa o predomínio do capital constante sobre o capital variável compreendendo mudança na composição orgânica do capital e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento da produtividade à custa da exploração intensiva da força de trabalho.

Em decorrência dos padrões tecnológicos empregados na unidade que corresponde à produção propriamente dita da agropecuária – na porteira – existe maior capacidade de redução da mão de obra e, portanto, na geração de empregos diretos na realização da atividade agrária, o que vale inferir que são os setores econômicos vinculados ao agronegócio que são responsáveis pela geração dos empregos indiretos, ou seja, as atividades de suporte ligadas à comercialização, transporte e transformação, beneficiamento de commodities.

A respeito da tendência no mercado de trabalho nas regiões produtoras de *commodities agrícolas*, Figueiredo (2003) aplicando a metodologia matriz insumo-produto na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso afirma que, devido ao intenso grau de modernização desse setor, o número de empregos e salários gerados diretamente para atender a demanda final é baixo. O maior efeito em termos de geração indireta de empregos está registrado nas atividades fornecedoras de insumos como fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas; confirmando a importância do setor em termos de geração de empregos nas atividades fornecedoras de insumos à sua produção.

Embora os dados apenas indiquem a quantidade de trabalho formal e informal, torna-se importante para realizarmos algumas reflexões. A primeira, reside no fato de que o número de trabalhadores informais, embora não seja muito diferente do formal, predomina em todos os municípios. É evidente que os “desempregados” não aparecem porque foram expulsos do mercado de trabalho. A presença de um considerável mercado de trabalho não formal na região do agronegócio pauta-se no descumprimento das normas trabalhistas, tanto no campo e na cidade, e da nova ordem tecnoprodutiva, com o predomínio do trabalho flexível nas diferentes formas de trabalhadores autônomos e temporários, quer

seja nas atividades agropecuárias modernas quer nas atividades urbanas.

A modernização dos processos produtivos gera empregos especializados, reduz o tempo de trabalho ou torna-o mais intensivo para determinadas tarefas, libera força-de-trabalho não especializada, transforma trabalhadores permanentes em temporários, intensifica a precarização do trabalho e a proletarização da força de trabalho já iniciado na fase inicial de ocupação da fronteira, como pode ser constatado nas análises realizadas por Machado (1979) e Becker (1978).

Na fronteira, registra-se efetivamente a tendência à proletarização da força de trabalho, processo que pode ser visto na eliminação gradual das categorias ocupacionais que têm laços mais estreitos com a terra (BECKER, 1978) e na tendência a exercer ocupação rural-urbana (MACHADO, 1979). A ordem técnico-produtiva prevalecente, caracterizada por uma agropecuária-tecnificada-cientificada, tem alterado a mobilidade espacial e setorial do trabalho, bem como, a existência de um número considerável de trabalhadores não formais que possuem ocupações sazonais que tentam garantir a sua sobrevivência.

Nessas áreas é comum a substituição de ocupações não qualificadas como, colheitadores, tratoristas, entre outras funções, por ocupações urbanas: que exigem baixa qualificação profissional como: servente de obras, empacotadores, carregadores de caminhão, etc. e ou informais como, vendedores ambulantes, etc. Evidencia-se nesses espaços a expansão da demanda de funções não agrícolas (urbanas), que servem de suporte para a consecução do circuito produtivo agrário como: o motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais), operador de máquinas de beneficiamento agrícola, carregador (armazéns), abatedor, alimentador da linha de produção, vendedor de comércio varejista, carregador (caminhão), entre outras.

A expansão da agropecuária tecnificada-cientificada altera a dinâmica socioespacial das regiões produtoras de *commodities agrícolas* manifestadas pela intensificação da mobilidade do mercado de trabalho, na transformação da natureza do trabalho, da organização da unidade produtiva e das novas relações que passam a se configurar na estrutura espacial dos núcleos urbanos.

As formulações discursivas construídas e difundidas pela mídia, sobre as *benesses* do agronegócio, atraem um fluxo de mão-de-obra para as regiões produtoras de *commodities agrícolas* intensificando a mobilidade no espaço. Esse movimento populacional é formado em sua maioria por trabalhadores das diversas regiões do país, mas principalmente, do próprio estado, notadamente pela mão de obra eliminada das áreas em que ocorreu o esgotamento das atividades ligadas ao extrativismo vegetal e mineral e, ou expulsos pela expansão da fronteira do agronegócio. Nesse sentido, altera-se o perfil da mão de obra que se dirige para essas regiões, que não abrange apenas os trabalhadores vindos do

campo, mas principalmente por trabalhadores oriundos das localidades urbanas.

Outra parcela desses “novos migrantes de origem urbana” é formada por uma mão de obra com experiência e qualificação, oriunda de maiores centros urbanos do Estado de Mato Grosso ou de outras regiões brasileiras. O estudo possibilita-nos afirmar que, grande parte da mão-de-obra que se dirige para Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso é procedente de Rosário Oeste, Arenópolis, Nortelândia, entre outros municípios, que são absorvidos no circuito inferior da economia urbana, assim como, nas atividades do campo. Torna-se mister ressaltar que, um outro grupo que faz parte do rol de trabalhadores, sem vínculos formais, que atendem à demanda direta do campo modernizado, são os trabalhadores recrutados para realizar tarefas que a máquina não consegue executar como “catar raízes” ou colher o algodão, trabalhar nos frigoríficos. Essa mão de obra é recrutada por empresas especializadas que oferecem o paraíso, mas em geral, submetem os trabalhadores à escravidão. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Estado de Mato Grosso em 2003, foram libertados 2.818 trabalhadores em situação análoga à escravidão, apresentando 8,5% dos 178 imóveis na lista de propriedades com trabalho escravo, vivendo em condições subumanas, como pode ser analisado a seguir:

O trabalho degradante é verificado pelas péssimas condições de higiene, salubridade, segurança e alojamento em que se encontram os trabalhadores, em geral associadas a jornadas extenuantes. Já a privação da liberdade ocorre tanto com a coerção física – quando capangas armados impedem a fuga – quanto pela coerção moral, no caso da servidão por dívida ou pela retenção de documentos. Muitos trabalhadores caem no conto do ‘gato’ – como são conhecidos os aliciadores – por desinformação. ‘Eles saem de seus locais de origem com promessas de outras condições, muito diferentes das que encontram’, esclarece o consultor jurídico do MDA. Ele acredita que os trabalhadores acabam se submetendo a essas condições por falta de alternativas. (MDA, 2006)

Ao analisarmos os dados do MTE e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), constatamos que, embora a presença do trabalho escravo seja encontrada em propriedades localizadas nos municípios pautados em uma agropecuária modernizada como de Nova Mutum, Rondonópolis, Campo Novo do Parecis e Lucas do Rio Verde, a preponderância dessas relações de trabalho, são em áreas em que prevalece a expansão da pecuária, ou seja, justamente o setor que mais desmata para a fronteira (re) dimensionada do agronegócio. Realidade esta, que foi preponderante na década de 1970, preparando a priori o “terreno” para a expansão da soja e do algodão, ou seja, para a consolidação da atual fronteira do agronegócio.

Uma realidade contraditória e dialética se constrói nas regiões produtoras de *commodities*, pois, ao mesmo tempo em que o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto, ou seja, o trabalhador não qualificado está ausente na operação de máquinas de ponta da agricultura de precisão, o mesmo está presente por meio de relações de trabalho pré-capitalistas para a realização de atividades que a máquina não pode realizar.

Nesse sentido, compartilhamos a assertiva de Soja (1993) quando esse pondera que, frente aos limites crescentes decorrentes da redução na duração do dia de trabalho, dos níveis mínimos de salário, das conquistas da organização da classe trabalhadora, etc., o capitalismo desloca-se com ênfase, cada vez maior, para a extração da mais-valia relativa. Isto se dá através das mudanças tecnológicas, das modificações na composição orgânica do capital, das transferências líquidas do excedente associadas à penetração do capital em esferas não inteiramente capitalistas de produção. Isso exigiu a construção de sistemas totais, a fim de garantir e regular a reprodução das relações sociais de produção.

A dinâmica do mercado de trabalho no estágio atual da fronteira do agronegócio, nos leva a afirmar que esse se consolidou segundo a lógica requerida pela economia moderna, nesse caso, esgotando as possibilidades de inserção de trabalhadores rurais, de pequenos produtores descapitalizados, da mão-de-obra pouco qualificada, restando-lhes apenas a alternativa de se submeter à precarização do trabalho e/ou instalando-se nas periferias dos centros urbanos.

A instalação das grandes corporações no espaço (urbano/rural), pautadas no discurso da geração de emprego, no aumento da renda e na geração de desenvolvimento, torna-as atrativas aos olhos daqueles que almejam melhores oportunidades de vida. Como consequência, ocasiona para a cidade um movimento de mão de obra que em um jogo dialético de oportunidades e “exclusões” intensificam as contradições socioespaciais na cidade que se expressam pela desigualdade. A segregação residencial é evidente na paisagem urbana de todas as cidades analisadas, marcada pela disparidade dos padrões arquitetônicos modernos e luxuosos localizados em bairros dotados de infraestrutura com a presença das casas dos trabalhadores que lembram as favelas das grandes regiões metropolitanas. Segregação esta que também pode ter como fronteira a rodovia BR-163, como é o caso da cidade de Sorriso que fragmenta a cidade em espaços dos ricos e dos pobres. Configura-se aí, uma realidade social e complexa apreendida pela falta de moradia, habitações precárias, precarização do trabalho e ou exclusão da mão-de-obra, considerados pelo mercado como não qualificados. A lógica racionalista que prevalece no campo e no espaço urbano implica na regulação do uso e acesso à cidade por meio de políticas de controle

espacial que procuram inibir a entrada e possibilitar o fluxo de investimentos, de empresas e de usuários solváveis ao espaço. Contraditoriamente, as mesmas forças que tentam excluir os “indesejáveis” para a imagem são as mesmas que necessitam deles para a sua (re) produção.

A necessidade de uma reserva de mão de obra barata, menos qualificada, de um mercado consumidor e, portanto, desprovido do “direito à cidade” faz com que se construa um mercado urbano fora da “ordem” estabelecida a priori pelo planejamento. Revertendo essa “ordem” concebida - que não previa espaços para imigrantes desqualificados - o espaço social se concretiza, produzindo e fragmentando o espaço conforme as necessidades de (re) produção do capitalismo.

Sobre a cidade ideal criam-se formulações discursivas que tentam esconder a cidade real e as contradições do processo de produção espacial. Um aparente paradoxo se constrói, por meio de novos arranjos de (re) planejamento da cidade com elaboração de políticas públicas que buscam normatizar os loteamentos destinados à população de baixa renda, ou impedir a proliferação de *Kit nets*, etc. Em entrevista realizada junto ao poder público municipal constatou-se que as intervenções que passam a ser realizadas seguem o princípio de (re) territorial pautado em ações paliativas e de controle social com o loteamento de terrenos na periferia da cidade para a população. Constata-se, paralelamente, à proliferação dos *kit nets* as ações do poder público em conter a expansão desse tipo de habitação considerado “fora” dos padrões de ordenamento territorial previsto pelo poder público.

Nesse sentido, concordamos com Soja (1993) quando afirma que a produção contínua do espaço urbanizado, a reprodução da força de trabalho e da ordem social, e o consumo coletivo seriam a forma crescente de absorção da mais valia, pelo capitalismo financeiro contemporâneo. O capital financeiro está profundamente implicado na manipulação do meio ambiente construído, na extração de renda urbana, no estabelecimento dos valores da terra e na organização do espaço urbano para consumo coletivo, facilitado pelo Estado local e nacional.

Outro aspecto a ser considerado é que o predomínio da produção agrária voltada para a produção de *commodities*, da incorporação tecnológica e organizativa no campo levou a uma tecnificação do processo de produção e, desta forma, modificou a organização do trabalho no interior das unidades produtivas, que passam a requerer uma mão-de-obra flexível, polivalente e com melhor qualificação profissional.

A lógica instalada no campo modernizado possibilita que a força de trabalho gravite entre o espaço urbano e o rural, quer seja pela realização das

atividades que servem de suporte à atividade agrária e agroindustrial (que estão instaladas no espaço rural), quer seja, como trabalhadores temporários e ou permanentes ligados diretamente às atividades agrárias, mas que estão morando na cidade. Comprovando o que Oliveira (2001) já vem afirmando há muito tempo de que o campo-cidade/o rural-urbano formam uma unidade contraditória, porém interdependentes. Como consequência da mobilidade diária da mão-de-obra a interação espacial entre campo e cidade intensifica-se, o limite da escala urbana torna-se cada vez mais expandido por meio da mobilidade diária do trabalho abstrato, pelos novos serviços que são incorporados na atividade agrária, assim como pelo fluxo de novos serviços, de capitais e de novas mercadorias.

A forma contemporânea de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços, com base no agronegócio, tem contribuído significativamente para o dinamismo das cidades de expansão da fronteira agrícola tecnificada e de uma nova (re) definição de novos arranjos espaciais decorrentes da globalização.

Diferentemente da década de 1970, em que o setor que mais absorvia a mão-de-obra era o da administração pública, na atual fase da fronteira (re) dimensionada do agronegócio, é o setor agrário que passa a comandar a economia urbana. O espaço urbano, na fronteira do agronegócio, passa a ser o suporte logístico dos novos elementos do trabalho agrícola e da sua regulação, de serviços que servem de suporte direto ou indireto às atividades agropecuárias respondendo às exigências da racionalidade do campo.

Na dinâmica socioespacial recente da fronteira cientificada-tecnificada faz-se mister ressaltar que o setor agrário, embora, seja a base do dinamismo econômico desses municípios, outros setores, tradicionalmente denominados de terciário (comércio e serviços) e o secundário (indústria de transformação) têm sido representativos na absorção de trabalhadores formais, principalmente nos espaços mais consolidados e, que passaram por um processo de reestruturação econômica associada às atividades ligadas ao agronegócio.

O fato de o setor agropecuário constituir a base do crescimento econômico do Estado conjecturamos que, pelo seu caráter empresarial e pela nova configuração em decorrência da transformação da base produtiva, as manifestações espaciais se configuram na economia urbana por meio dos negócios relacionados às atividades de suporte ao setor, como por exemplo, o comércio e os serviços especializados. Evidencia-se nas cidades o predomínio de um setor comercial moderno e dinâmico com a presença de distribuidoras de máquinas e implementos agrícolas, lojas de insumos, escritórios de engenharia agrícola, consultoria agrícola e planejamento, cuja clientela constituinte é local e regional. Andrade e Serra (2001, p. 14) apontam que:

[...] para as fronteiras agrícolas do Centro-Oeste, com atividades produtivas mais intensas no uso do capital, não só surge uma demanda pela ampliação de centros de apoio para as atividades terciárias ligadas à comercialização de mercadorias como, também, são induzidas atividades de suporte industrial, principalmente a produção de insumos e implementos agrícolas.

Além dos tradicionais trabalhos que servem de suporte direto para a agropecuária modernizada, como o agrônomo, o veterinário, o técnico agrícola, o piloto agrícola, o bancário, surgem novos serviços específicos ligados ao agronegócio: certificação de produtos, promoção de exportação específica, criação de insumos relacionados com novas demandas geradas a partir da cadeia de oferta; serviços na área comercial (representantes comerciais de produtos e equipamentos agrícolas), consultoria (agrícola), marketing, logística (armazenagem, transporte, manutenção: fiscalização da produção e conservação de alimentos), engenharia agrícola, especialistas em seguro, em capitalização, entre outros.

Nas palavras de Graziano da Silva (1998) o trabalho rural também se urbanizou refletindo a crescente importância das atividades exercidas 'além-porteira' das fazendas. As 'atividades de escritório' são cada vez mais vitais ao desempenho econômico financeiro das empresas modernas e têm que ser exercidas no contexto urbano, pois é aí que se encontram os comerciantes (de produtos e insumos), os bancos, os agentes governamentais, etc. A marcante diversificação da mão-de-obra, predominante nessas áreas, decorre da agricultura modernizada depender de outros serviços especializados, com aumento do peso relativo de profissões informacionais como os administradores, profissionais ligados a serviços de escritório em geral, o marketing, consultores agrícolas, programadores de software agrícolas, a logística, instituições financeiras e de pesquisa entre outros.

O setor de serviços, por sua vez, ganha nova dimensão, tanto pelo peso crescente na pauta de exportações dos países quanto por seu papel nas novas formas de geração de riquezas. O setor de serviços desenvolve-se para atender as funções intermediárias complementares ao processo de industrialização ou modernização agrícola.

Além desses novos serviços ligados diretamente à atividade agropecuária, soma-se uma rede de serviços pessoais ou produtivos, que estreitam o caminho entre as preferências (socialmente condicionadas) do consumidor e produtor rural. (GRAZIANO SILVA, 2002)

A existência de profissionais ligados ou não ao setor agropecuário tem provocado mudança na lógica socioespacial dessas cidades, principalmente,

nas mais urbanizadas. O mercado urbano se diversifica com o surgimento de prestadores de serviços ligados à gastronomia (restaurantes, bares), à hospedagem (hotéis, pousadas), na construção civil (construtoras, escritórios de arquitetura e decoração) para atender uma clientela exigente e consumista. Serviços na área comercial (representantes comerciais: produtos e equipamentos agrícolas), consultoria (agrícola), Marketing, logística (armazenagem, transporte e manutenção: fiscalização da produção e conservação de alimentos), engenharia agrícola e educacional (Instituições públicas e privadas: Universidades, Escolas etc.) que oferecem cursos profissionalizantes, de informática, de idiomas.

O poder público local pautado no consenso de que investindo na área urbana/rural, melhorando a infra - estrutura rural com escolas, etc, quer seja, capacitando a mão-de-obra do campo/cidade para atender as demandas do campo, concomitantemente, estaria pensando no futuro da cidade, uma vez que toda a pujança da cidade é proveniente do campo. Para atender às necessidades requeridas pelo capital para reproduzir-se no campo modernizado que requer uma mão de obra qualificada, o Estado entra para essa socialização investindo em infraestrutura urbana com destaque para o setor saúde e educação.

No âmbito da política governamental federal são instalados centros de formação de profissionais, como SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, SENAFOR, IFEs, que oferecem diversos cursos técnicos, na área de informática, além de idiomas (inglês e espanhol). As atividades altamente capitalizadas e modernas nesses espaços, em decorrência do agronegócio e, viabilizada por maior densidade técnico-informacional, demonstra que a dinâmica de relações, econômicas e espaciais é realizada, não apenas com as cidades de maior porte das proximidades, mas com centros urbanos regionais, nacionais e com grandes centros urbanos externos. Constata-se nas cidades a formação de um núcleo econômico urbano de atividades financeiras de comércio especializado em serviços ligados às demandas do mundo agrário globalizado.

Com a transnacionalização da atividade econômica, por meio do agronegócio eleva-se o volume e a intensidade de transações em lugares que passam a constituir locais estratégicos da economia global. As que são submetidas às decisões externas cumprem o papel de suporte dos serviços requisitados pelo campo modernizado. Acreditamos que as redes e fluxos, estabelecidos nas cidades, resultantes das transações econômicas poderão contribuir para a consolidação de um mercado urbano em algumas cidades, especialmente, naquelas que oferecem serviços como financeiro, transporte, armazenagem, comércio, saúde, educação, etc. Em decorrência das funções que lhes são atribuídas, essas cidades, poderão ter o seu papel redefinido, bem como a sua participação na constituição da rede urbana regional.

AS LÓGICAS DO MERCADO DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS: DO MERCADO LOCAL AO MERCADO GLOBALIZADO

A base produtiva para a realização do agronegócio, a agropecuária modernizada e ou extrativismo, embora se realize no espaço rural (na unidade produtiva denominada de porteira) concentra na cidade o comércio e os serviços necessários à consecução dos negócios. Isso decorre do fato de a produção realizar-se segundo métodos modernos, exigentes de tecnologia, informação, o que estabelece maior interação espacial entre a produção no campo e o circuito existente na cidade.

Destarte, hoje o rural faz parte e significa uma extensão da dinâmica urbana, com sua produção e cultivos voltados, inclusive, para a dinâmica do mercado internacional. Da mesma forma, o urbano é parte do rural e significa uma extensão da dinâmica rural. Não é possível dizer se é urbano ou rural, exceto pela delimitação administrativa entre as áreas rurais e urbanas que se refere ao outro aspecto da territorialização das atividades porque elas se entremeiam em um processo, diluindo a oposição entre o campo-cidade.

Com a atividade agropecuária mais intensa de capital surge uma demanda pela ampliação de centros de apoio para atividades terciárias ligadas à produção, comercialização, armazenamento, transporte e beneficiamento da produção. Nesse sentido, concordamos com Elias quando afirma que o agronegócio:

[...] tem o poder de impor especializações produtivas, tem o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, uma vez que fornecem aportes técnicos, financeiros, jurídicos, mão-de-obra e de todos os demais serviços essenciais para a sua realização. Assim sendo, quanto mais moderna se torna a atividade agropecuária, mais urbana se torna a sua regulação, sua gestão. (ELIAS, 2005, p.12)

Nas regiões produtoras de *commodities agrícolas*, a cidade constitui a mediação entre a produção local e o mercado mundializado. As cidades passam a abrigar empresas que desempenham papel cada vez mais proeminente na produção, comercialização (comércio de exportação) e distribuição de bens, agroindústrias (indústria de exportação) e na oferta de serviços especializados requeridos pelo circuito produtivo do agronegócio.

Constata-se na área estudada a formação de um núcleo econômico urbano de atividades financeiras, de comércio especializado e serviços ligados às demandas do mundo agrário e extremamente articulados à economia globalizada.

As atividades altamente capitalizadas, marcantes nesses espaços, em decorrência do agronegócio e, viabilizada por uma maior densidade técnico-informacional demonstram que a dinâmica de relações econômicas e espaciais é realizada, não apenas com as cidades de maior porte das proximidades, mas com centros urbanos regionais, nacionais e internacionais. As transações comerciais são realizadas em sua maioria por empresas ligadas ao consumo produtivo do campo que vendem máquinas, tratores, aviões, insumos agropecuários (defensivos agrícolas, fertilizantes, defensivos, sementes etc.), às empresas de exportação (*tradings* agrícolas), às agroindústrias, além do comércio varejista e atacadista, traços marcantes nas regiões de predomínio do agronegócio.

A produção agropecuária *strictu sensu*, que comanda o circuito produtivo do agronegócio, na unidade produtiva (campo), segue caminhos diversos que envolvem diferentes agentes comerciais que atuam direta e indiretamente, tanto na industrialização como na comercialização, ou ainda, na prestação de serviços até chegar aos mercados consumidores localizados nas cidades. Nas regiões produtoras de *commodities agrícolas*, a prática comum das transações é realizada por meio da venda de *commodities agrícolas in natura* aos intermediários – pessoa física ou jurídica – que os repassam para outros níveis de comercialização, ou mesmo intermediários com maior poder de capitalização. Nesse caso, os agentes tradicionais, que prevaleciam como mediadores entre a produção agrária e o mercado urbano acabam sendo aniquilados pelos novos agentes intermediários mais capitalizados e mais informados sobre a situação do mercado. No caso específico das áreas em que prevalece o modelo agroexportador, os principais agentes que realizam as transações comerciais estão representados pelos agentes concentradores, em sua maioria empresas agroindustriais e *tradings* agrícolas que adquirem os produtos diretamente dos produtores agropecuários e distribuem para outras etapas seguintes da comercialização, principalmente, aos mercados externos. Esses agentes passam a atuar mais no atacado, compram os produtos diretamente dos agropecuaristas e operam com compradores e/ou vendedores em mercado dos produtores ou diretamente com as agroindústrias que repassam os produtos para os níveis seguintes de comercialização.

Na base do processo produtivo agrário encontram-se produtores de *commodities agrícolas* – os produtores rurais – que não têm nenhum poder na fixação dos preços. Os produtores compram os insumos necessários ao processo produtivo e vendem os seus produtos (*commodities agrícolas*) para os intermediários em mercados oligopolizados.

O processo de transação assimétrica decorre nas regiões de economia agroexportadora, com a monopolização do mercado pelas grandes corporações agroindustriais, desde o processo da compra, beneficiamento, processamento,

armazenamento, o que vem contribuir para a formatação dos preços finais desses produtos. Destarte, no agronegócio, predominam as estruturas oligopolísticas – que coordenam as relações com o segmento produtor rural a montante da produção (antes da porteira) agropecuária pela compra de insumos, máquinas e equipamentos – e, oligoposônicas a jusante (pós-porteira) coordenando os compradores dos produtos agropecuários, ou seja, de commodities agrícolas.

As corporações, ao usufruírem da concorrência entre vários ofertantes no ato da compra e de vários demandadores para suas vendas, exercem uma pressão de preços para baixo nas compras e elevação de preços para vendas. (ARAÚJO, 2003) Com um número reduzido de concorrentes e riscos elevados, torna-se comum as companhias exportadoras entrarem em acordos para impor um preço aos produtores, como pode ser constatado a seguir:

[...] as grandes tradings multinacionais (Bunge, ADM, Cargill e Dreyfus) e o Grupo André Maggi (Amaggi) estão fazendo compras antecipadas em Mato Grosso e no Porto de Paranaguá. Em Mato Grosso, os preços de venda para a safra futura, a ser entregue entre os meses de março e maio, oscilam entre US\$ 9,50 e US\$ 11,20/saca, conforme a localização das lavouras. Em Paranaguá, houve negócio na semana passada a US\$ 14,00/saca para março. Esses preços foram fixados após a forte alta recente dos futuros em Chicago, sustentada pela seca que ameaça a safra dos EUA. Esta semana, o grupo Amaggi fechou preços entre US\$ 10,20 e US\$ 10,50/saca nas regiões da BR-163 e do noroeste de Mato Grosso, para pagamento em produto no início de 2006. (BROKER, 2006, grifos nossos).

As práticas comerciais demonstram que nas atividades ligadas ao agronegócio, sob o comando das grandes corporações agroindustriais, a geração de riqueza está sendo produzida muito mais na área financeira do que na produtiva, sob os auspícios da ciranda especulativa. As empresas que atuam no comércio de exportação beneficiam-se das vantagens locais, mas, os excedentes produzidos por essas corporações tendem a ser drenados dos campos e da região onde são produzidos, onde os custos de comercialização se acrescem à especulação, em direção às sedes dessas empresas que se localizam nas grandes metrópoles nacional ou internacional.

Na lógica espacial da região produtora de *commodities agrícolas*, a cidade desempenha papel de mediadora da produção local com o mercado externo, uma vez que, oferece o suporte da concentração da mão de obra imprescindível para o processo produtivo, para o consumo produtivo e consumptivo, mas todo o comércio da produção local é realizado por meio de redes representadas pelas corporações que drenam a produção sem passar pelo mercado local.

O processo ocorre porque as transações predominantes no agronegócio são realizadas notadamente no mercado *de commodities*, ou seja, nas bolsas de mercadorias em mercado à vista e/ou futuro. Pelo mercado à vista os produtores conseguem efetivamente escoar seus produtos já colhidos e em estoque e os preços são formatados, de acordo com a posição do mercado (safra, entressafra e supersafra), do nível de demanda tanto no mercado interno como externo e com a classificação do produtor (qualidade). É por meio desse mercado que instituições do governo operam na regulação dos estoques e no atendimento da emergência do mercado.

No mercado futuro são negociados contratos a preços preestabelecidos pelos contratantes, com base na expectativa futura de comportamento do mercado para o produto. Nesse tipo de mercado comercializam-se títulos e não há entrega do produto, exceto em contratos a termo, por meio dos quais as agroindústrias, supermercados ou grandes atacadistas compram uma futura safra do produtor. Em ambas as situações, os produtores recebem dinheiro adiantado necessário à produção de bens ofertados na bolsa. (ARAÚJO, 2002) Nesse tipo de mercado, existem as *commodities* agrícolas tangíveis transformadas num fluxo de mercadorias intangíveis e quantificáveis e aquela que é produto do capital transformado num fluxo de informação intangível e quantificado, ou seja, em títulos.

No mercado *de commodities agrícolas* as transações econômicas, na maioria das vezes, são realizadas diretamente com a bolsa de mercadorias e ou outros segmentos do mercado, via comércio eletrônico (internet). Comércio este que ocorre no ciberespaço, comandado pelos cabos de fibras ópticas, pelos satélites, em um meio eletrônico muito distante do mercado delimitado geograficamente, possibilitando que ocorra a produção de uma convergência tempo-espaço e tempo-custo em uma escala mundial. (LASH e URRY, 1998) Mas, que guarda a concretude do lugar, nas estruturas geografizadas instaladas nas cidades (empresas exportadoras, agroindústrias, etc.).

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação (TI) as formas de comercialização alteram-se impondo uma nova dinâmica nas transações comerciais e, conseqüentemente, na forma de circulação dos capitais que, cada vez mais, se encontram sobre a hegemonia do capital especulativo. Com o desenvolvimento das novas tecnologias viabilizou-se a unificação e a homogeneização do espaço econômico global, possibilitando assim que esse espaço fosse esquadrihado eletronicamente e nele fosse possível rastrear os riscos e recursos que possam gerar valor. (SANTOS, L., 2003) O mercado eletrônico comandado pelas redes permite que fluxos de capital, de dinheiro, de mercadorias e informações circulem no tempo e no espaço, possibilitando que

o capital especulativo se movimenta 24 horas por dia, (re) valorizando-se e (re) produzindo-se continuamente nos mercados globais de ações, ou seja, onde circula a riqueza em vias de volatilização. Como Rodrigues (2005, p.23) chama a atenção que:

[...] ganha importância o capital financeiro, o mercado, a competitividade como alavancas do progresso. As contas são utilizadas para tratar de qualquer tema e são sempre virtuais em relação ao lastro da produção. Diariamente somos informados, pela rede televisiva, sobre a cotação do dólar, Índice Bovespa, Naschua, Nasdaq, Risco Brasil, etc. e a realidade da produção, das condições de vida aparecem apenas como problemas.

Nesse mercado os agentes econômicos operam em uma rede global de interações que transcende as fronteiras nacionais e geográficas, comprovando que o capital financeiro atinge o seu ápice dominando e comandando o mercado, a vida econômica e social dessas localidades. Em decorrência da especialização produtiva que é conferida para atender à lógica produtiva de um mercado mundializado *de commodities agrícolas*, as localidades tornam-se reféns da hegemonia do mercado financeiro global, como pode observar a seguir:

[...] a agricultura local é globalizada e a produção segue direto para o mercado internacional. A crise atual preocupa, mas o setor é organizado e na base da negociação busca superar os problemas. A agropecuária de Nova Mutum também engloba uma série de iniciativas responsáveis pela diversificação e agregação de valor à matéria-prima. (FAMATO, 2006)

Os efeitos das oscilações do mercado financeiro internacional embora atinjam a dinâmica econômica de todas as localidades que possuem a sua economia pautada na produção de *commodities agrícolas*, nos centros urbanos de menor porte é que são perceptíveis na dinâmica do comércio local, nas transações financeiras, nas feiras de agronegócio, no mercado de trabalho. A unificação das trocas não constitui um fenômeno meramente econômico ou político, levando em consideração que o capitalismo induz à reestruturação espacial da sociedade inteira, reproduzindo novos valores culturais, comportamentos e desejos. (CARLOS, 1996; BENKO, 2002) Por meio das transações econômicas realizadas pelo agronegócio, o propalado capitalismo flexível parece ter enredado tudo e todos à exigência de integração universal imposta pela expansão globalizante da economia monetarizada. Com o afã de manter os patamares de lucratividade, o capital mundializado se reorganiza espacialmente e territorialmente, redefine o conteúdo ideológico dos espaços, estabelece uma nova divisão territorial do trabalho, cria novos espaços de produção e consumo.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A integração espacial e produtiva, ou seja, o elo da produção de *commodities* em diferentes lugares, através da troca, torna-se uma estrita necessidade do capital para a geração de valor, tem a lógica pré-existente nos lugares, nas relações de trabalho e na nova dimensão que se configura na relação campo-cidade e no processo de urbanização do território. A manifestação do tecido urbano, nas áreas consideradas territorialmente como rurais, é representada tanto pela expansão de novas áreas de urbanização, pela implementação de cidades (áreas de expansão da fronteira agrícola), como pelas redes de comunicação e transporte, pelo aparato do Estado, pelos serviços sociais e urbanos (consumo e produção) que integram cada vez mais os espaços rurais e regionais ao espaço urbano-industrial através da expansão da base material e econômica requerida pela atual sociedade contemporânea. Isso quer dizer que, na região prevaiente da agropecuária modernizada, o rural faz parte e significa uma extensão da dinâmica urbana com sua produção e cultivos voltados para atender a lógica do mercado globalizado, assim como, o urbano faz parte e significa a extensão da dinâmica rural.

O espaço rural abandona a sua organização baseada na articulação dos territórios e dos limites ou fronteiras para se organizar em função das redes de comunicação e dos interesses econômicos impostos pelas das corporações, que compõem o circuito produtivo formador do agronegócio. O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, o processo de urbanização produz como resultado a sobreposição do espaço da sociedade rural pela sociedade urbana, ou seja, transformações não apenas na escala da sociedade rural, mas também, na estrutura espacial dessas localidades.

Assim, a agropecuária modernizada, atividade responsável pelo crescimento do agronegócio do Brasil, relacionado à ciência-tecnologia e informação insere-se no mercado globalizado, e o território, devido à grande possibilidade de produção e, notadamente, de circulação dos produtos e insumos, informação e pessoas, possuem uma nova dinâmica e novas formas-conteúdo. Formas-conteúdo, que nas palavras de Santos e Silveira (2001) possibilitam que os circuitos de distribuição e do consumo desenhem-se no território para garantir que as produções agrícolas estejam presentes num território unificado pelo mercado. Nesse sentido, a relação campo-cidade imposta pela modernização agrícola torna-se mais complexa e se insere em um âmbito global onde o urbano e rural se integram e se completam dialeticamente de acordo ao (re) ordenamento da economia capitalista global.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. A. e SERRA, R.V. (Org.) **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L.O. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Ed. UnB / Ed. UFRJ, 1978.

_____. Tendência de Transformação do Território no Brasil. Vetores e Circuitos. In: **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 4-1, 1987.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: Hucitec, 2002.

CARLOS, A. FANI.A. A Mundialidade do Espaço. In: MARTINS, J.S. (Org). Henri Lefebvre, **Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996b.

_____. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

ELIAS, D. Meio Técnico-Científico-Informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto. 1996. **Tese** (Doutorado em Ciências: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Dinâmica Econômica e Redefinição do Espaço Urbano no Brasil Agrícola: o Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do campo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9, 2005, Manaus. **Anais e Contribuições Científicas**. Manaus: Simpurb, 2005. [CDROM]

FIGUEIREDO, M. G. **Agricultura e Estrutura Produtiva do Estado de Mato Grosso: uma análise insumo-produto**. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Departamento de Economia, Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

GRAZIANO DA SILVA, J. A **Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: UNICAMP. IE, 2002. [Coleção Pesquisas 1]

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IANNI, O. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LASH, S. e URRY, J. **Economias de Signos y Espacio**. Buenos Aires: Talleres Gráficos Color Efe, 1998.

LEFEBVRE, H. **A Re-produção das Relações de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

MIRANDA, M. O Papel da Colonização Dirigida na Expansão da Fronteira na Amazônia. In: BECKER, B.H. et al. **Fronteira Amazônica: questões sobre a Gestão do Território**. Brasília; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

RIFIKIN, J. **A Era do Acesso**. São Paulo: Makron, 2001.

RODRIGUES, A.M. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e da geografia do séc. XXI – A Ocultação do Espaço e da Geografia. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 18, 2005.

_____. A Cidade como Direito. In: ENCONTRO DE GEOCRÍTICA, 2007, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre, 2007.

SANTOS, L. G. **Politizar as Novas Tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

Maria Beatriz Pontes Soares

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M, L. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASEN, S. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1998.

Sites Consultados

<http://www.mda.gov.br/>>. Acessado em 15 de Dezembro de 2006.

[http:// www.famato.org.br/](http://www.famato.org.br/)>. Acessado em 12 de Março de 2006.

<<http://www.trumam.com.br/noticias.php>>. Acesso em: 17 de Fevereiro 2006.

Trabalho Enviado em Junho de 2012

Trabalho Aceito em Junho de 2012